Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Leal, Ernesto Castro

Nação e império português : a Liga Patriótica do Norte (1890)

http://hdl.handle.net/11067/6737
https://doi.org/10.34628/47xr-dh61

Metadados

Data de Publicação 2022

Resumo O objectivo principal deste artigo é discutir, dentro de uma perspectiva de história política, as razões e os argumentos que sustentaram a necessidade de fundação da Liga Patriótica do Norte, no dia 1 de Fevereiro de 1890. Entre os principais fundadores, estiveram o socialista Antero de Quental, os republicanos José Pereira de Sampaio (Bruno) e Basílio Teles, e o monárquico Luís de Magalhães, com o apoio do monárquico Jaime de Magalhães Lima. O aparecimento desta associação cívica na cidade do P...

This article main goal is to discuss, from a political history point of view, the reasons and the arguments that sustained the need of founding the North Patriotic League on February 1st 1890. Among its founders, we can find the socialist Antero de Quental, the republicans José Pereira de Sampaio (Bruno) and Basílio Teles, and the monarchist Luís de Magalhães, supported by the monarchist Jaime de Magalhães Lima. The emergence of this civic association in Porto is part of the strong movement of p...

Palavras Chave Liga Patriótica do Norte, Portugal - Relações externas - Grã-Bretanha - Século 19, Grã-Bretanha - Relações externas - Portugal - Século 19, Portugal - Fronteiras - África - Século 19

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 06 (Julho-Dezembro 2022)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-11-02T22:07:40Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

Nação e império português: a Liga Patriótica do Norte (1890)

Portuguese nation and empire: the North Patriotic League (1890)

Ernesto Castro Leal
Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
Investigador integrado no CH-ULisboa (Centro de História da Universidade de Lisboa).
Professor Associado com Agregação da FLUL (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).
Email: castroleal@letras.ulisboa.pt
ORCID: 0000-0002-6128-1614
DOI: https://doi.org/10.34628/47xr-dh61

Sumário

1. Introdução
2. *Memorandum* britânico, dinâmica política e representações mentais
3. A Liga Patriótica do Norte e o patriotismo cívico
4. Consideração final

Resumo: O objectivo principal deste artigo é discutir, dentro de uma perspectiva de história política, as razões e os argumentos que sustentaram a necessidade de fundação da Liga Patriótica do Norte, no dia 1 de Fevereiro de 1890. Entre os principais fundadores, estiveram o socialista Antero de Quental, os republicanos José Pereira de Sampaio (Bruno) e Basílio Teles, e o monárquico Luís de Magalhães, com o apoio do monárquico Jaime de Magalhães Lima. O aparecimento desta associação cívica na cidade do Porto inscreve-se no forte movimento de contestação pública ao *memorandum* britânico, que foi enviado ao governo português no dia 11 de Janeiro de 1890. Neste *memorandum* era reclamado "que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos Macololos e Mashonas se retirem", caso contrário havia um corte imediato das relações diplomáticas entre os dois países.
Palavras-chave: Portugal; Nação; Império; Liga Patriótica do Norte.

Abstract: This article main goal is to discuss, from a political history point of view, the reasons and the arguments that sustained the need of founding the North Patriotic League on February 1st 1890. Among its founders, we can find the socialist Antero de Quental, the republicans José Pereira de Sampaio (Bruno) and Basílio Teles, and the monarchist Luís de Magalhães, supported by the monarchist Jaime de Magalhães Lima. The emergence of this civic association in Porto is part of the strong movement of public protesting against the British *memorandum* sent to the Portuguese government on the 11th of January 1890. In that *memorandum*, it was required that "all the Portuguese military forces in Chire and in the Macololos and Mashonas countries at the moment shall withdraw", otherwise there would be a break of the diplomatic relations between the two countries.
Keywords: Portugal; Nation; Empire; North Patriotic League.

1. Introdução

O objectivo deste texto é apresentar as ideias cívicas do grupo doutrinário principal da comissão organizadora da Liga Patriótica do Norte (1890) – Antero de Quental, socialista, José Pereira de Sampaio (Bruno) e Basílio Teles, republicanos, e Luís de Magalhães, monárquico, com o apoio de Jaime de Magalhães Lima, monárquico –, que justificaram esta associação no contexto da contestação pública ao *memorandum* britânico (11-01-1890). Este documento político-diplomático pôs fim à estratégia política africana portuguesa de ligar Angola a Moçambique emblematicamente representada no "mapa cor-de-rosa". O projecto entrava em conflito com os interesses políticos e económicos da Grã-Bretanha em áreas que estavam entre as duas colónias portuguesas (Cecil Rhodes propunha o projecto imperial britânico do Cabo ao Cairo), hoje pertencentes à Zâmbia, Zimbabwe, Malawi e Moçambique, em particular no Baixo Chire, no Alto Zambeze e no Niassa[1].

Face ao *memorandum* britânico, o rei D. Carlos convocou o Conselho de Estado para apreciação e foi decidido a cedência às exigências do governo britânico, salvaguardando-se negociações para um tratado regulador das zonas territoriais: "O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte: Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos Macololos e Mashonas se retirem", caso contrário havia um corte imediato das relações diplomáticas. Compreende-se as reacções muito generalizadas contra a decisão do Conselho de Estado visto que essa estratégia política africana portuguesa, formulada inicialmente na Sociedade de Geografia de Lisboa (1881) e depois oficialmente assumida pelo Governo (1886), obtinha o consenso alargado entre os dois partidos centrais – o Partido Progressista, no poder, e o Partido Regenerador, na oposição.

1 Para uma interpretação recente do contexto e da dinâmica deste conflito luso-britânico, cf. Pedro Aires Oliveira, "O Ciclo Africano", in João Paulo Oliveira e Costa (coordenador), *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, pp. 394-408.

2. *Memorandum* britânico, dinâmica política e representações mentais

A recepção "traumática" do *memorandum* britânico junto de sectores da elite política e intelectual, rapidamente transformado em *ultimatum*, foi, de forma exemplar e paradoxal, fixada por Guerra Junqueiro numa carta (10-02-1890) dirigida aos jornais de Lisboa e muito publicitada na imprensa do país[2]. Junqueiro afirmava o "luto pesado" da "alma nacional" devido ao "mais cobarde dos insultos" e à "mais aleivosa das afrontas", perante os quais a nação inteira se tinha erguido, "num brado de dor, num arranque de orgulho, num ímpeto de cólera". Em face dessa "injúria à Pátria", o poeta sugeria que os próximos festejos carnavalescos – a "semana doida" – fossem substituídos pela reflexão pública combinada com o recolhimento individual – uma verdadeira "semana santa" –, visto que nem "um doido dançaria *polkas* quando agoniza sua mãe".

Para preencher o período de "quaresma lúgubre da nossa dor", Junqueiro propunha uma série de realizações patrióticas: declamação do poema *D. Branca*, de Almeida Garrett, no Teatro de S. Carlos; representação de dramas históricos e realização de saraus de poesia, no Teatro Nacional D. Maria II e em teatros das localidades; conferências instrutivas sobre os Descobrimentos Portugueses; préstitos cívicos com deposição de flores ao pé das estátuas e dos túmulos dos heróis nacionais. Deste modo, os portugueses mostrariam o "espectáculo surpreendente dum povo, que ultrajado na honra e violado no direito, se recolhia na sua dor e no seu orgulho", enquanto o "mundo inteiro se diverte, rindo, numa grande patuscada cosmopolita". Esta carta de Guerra Junqueiro configurou um dos primeiros momentos do seu processo pessoal – em grande parte paradigmático de uma geração –, que, do ódio à Inglaterra, evoluiu para o ódio ao Bragança e deste para o mito redentor da República: recorde-se a sua sequência político-poética de *À Inglaterra* (Fevereiro, 1890), *O Caçador Simão* (Abril, 1890), *Finis Patriae* (Dezembro, 1890) e *Pátria* (1896).

O processo imediato de reacção à crise político-diplomática entre Portugal e a Grã-Bretanha revestiu um vigoroso processo de culpabilização que atravessou todos os campos políticos, onde, ao lado do jogo político entre o Partido Progressista e o Partido Regenerador, se desenvolvia a propaganda de exautoração política da Monarquia Constitucional, ora por via do Partido Republicano Português, ora por via do Partido Legitimista. Não há dúvida de que, a partir desta contestação, sairia reforçada a proposta política republicana por meio de uma eficaz dinâmica de agitação e propaganda.

O primeiro impacto provocado pela posição britânica na área do Partido Progressista, que assegurava o governo progressista de José Luciano de Castro (20-02-1886/14-01-1890), está apresentado no editorial (12-01-1890) do jornal progressista *O Tempo*: "Também à economia das nações convém por vezes os tormentos. A paz podre apodrece tudo. Quando o espírito nacional, comovido, se agita, quebra-se muitas vezes a rotina estéril"[3]. A demissão desse governo foi justificada por imperativo patriótico, deixando ao seu sucessor a negociação de um acordo, e a Grã-Bretanha, no discurso dos progressistas, que rapidamente se generalizou, passou a ser denominada de "força bruta", "salteadora", "nação pirata", "corja", "bandida", "hipócrita", "traidora" ou "traficante", entre outros epítetos, visto ter desrespeitado o mecanismo da arbitragem internacional consagrado na Acta Final da Conferência de Berlim (1884-1885), quando se manifestasse conflito entre alguns dos signatários[4].

Dentro da lógica político-partidária vigente não admira que a atitude imediata do Partido Regenerador se direccionasse contra o governo progressista, e, assim, o jornal regenerador *Gazeta de Portugal* fez sair um suplemento intitulado "Infeliz Pátria!" (12-01-1890). Aí se culpabilizava o governo progressista pela "maior humilhação e a mais degradante vergonha a que uma nação jamais, de memória humana, se sujeitou ou aceitou", formulando, de seguida, um quase libelo acusatório em relação a "essa vilanagem abjecta que [...] foi lançar a nossa Pátria numa aventura [...]", para terminar numa duríssima proclamação: "Que comece hoje na Câmara dos Pares a expiação para quem é criminoso"[5]. Pode-se considerar ser este o primeiro acto público de indignação dentro de uma série que continuaria com o protesto da Sociedade de Geografia de Lisboa (13-01-1890) – instituição para onde convergiu grande parte do protesto cívico[6] – e que se precipitaria num tumultuoso processo de agitação durante cerca dois meses.

Com a nomeação do governo regenerador de António de Serpa Pimentel (14-01-1890/13-10-1890), os regeneradores mudaram obviamente de discurso, passando de uma lógica de oposição a uma lógica de poder: a pressão da "rua" devia ser substituída pela negociação diplomática e pelo incremento do trabalho produtivo de gabinete ou de oficina[7]. Introduzem na opinião pública o debate sobre a defesa naval, propondo a remodelação da marinha de guerra e dos portos, o reapetrechamento do Arsenal de Marinha (nomeadamente nas oficinas de serralharia mecânica, fundição e caldeireiros) e a campanha de alistamento voluntário, junto das classes populares para o corpo de marinheiros, junto das classes académicas para a companhia dos guardas marinhas[8].

Na oposição, os progressistas invertem também o seu anterior discurso de poder, confluindo com os republicanos e os legitimistas numa dinâmica multitudinária de desgaste do governo regenerador de António de Serpa Pimentel. Em resposta, a atitude dos regeneradores invocava a responsabilidade pública da governação – num jornal regenerador de Viana do Castelo apelava-se até ao "chamamento angustioso da Pátria em perigo"[9] – e condenava, nestes termos exemplares, a convergência crítica entre progressistas e republicanos: "O movimento transvia-se, dizem os falsos patriotas; as queixas são violentas e asseteiam a coroa, os ódios

2 *Jornal de Viana*, Viana do Castelo, ano IV, n.º 342, 16-02-1890, p. 1. Este bissemanário regenerador classificou a carta de Guerra Junqueiro como um "modelo de eloquência".

3 *O Tempo*, Lisboa, ano II, n.º 362, 12-01-1890, p. 1.

4 Sobre a Conferência de Berlim e Portugal, cf. Jorge Borges de Macedo, "A Conferência de Berlim, cem anos depois", *Democracia e Liberdade*, n.º 35, Lisboa, 1985, pp. 1-22. Sobre as causas do conflito anglo-britânico, cf. Amadeu Carvalho Homem, "Memória sobre as causas do ultimato inglês de 1890", *Biblos*, vol. LXI, Coimbra, 1985, pp. 453-471.

5 *Gazeta de Portugal*, Lisboa, ano III, n.º 657 (Suplemento), 12-01-1890.

6 Cf. *O Ultimatum Britânico: correspondência expedida e recebida pela Sociedade de Geografia de Lisboa relativamente ao Ultimatum dirigido ao Governo Português pelo Inglês em 11 de Janeiro de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.

7 *Gazeta de Portugal*, Lisboa, ano III, n.º 670, 29-01-1890, p. 1.

8 *Gazeta de Portugal*, Lisboa, ano III, n.º 667, 25-01-1890, p. 1; n.º 669, 28-01-1890, p. 1.

9 *Jornal de Viana*, Viana do Castelo, ano IV, n.º 343, 20-02-1890, p. 1.

não expluem só contra a Inglaterra; as corporações académicas e o povo odeiam o rei e a monarquia! [...]. O supremo civismo, o supremo dever dos portugueses é, durante esta gravíssima conjuntura, fortalecer o governo [...], aliado ao mais entranhado amor da pátria"[10].

Passada uma semana sobre o *memorandum* britânico, o Partido Republicano Português, por meio do manifesto "O Directório do Partido Republicano à Nação", fixou a sua atitude de base: "Só a República pode organizar o exército e a marinha, fortificar Lisboa, administrar as colónias e defender a nação afrontada"; e, de seguida, reconheceu, com algum optimismo revolucionário: "A República, no meio destes desastres públicos, está na consciência de todos como o recurso definitivo da nossa estabilidade nacional. Da consciência para os factos vai um momento. E esse momento aproxima-se"[11]. A precipitação revolucionária foi assumida pelos republicanos portuenses, que originou a falhada revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891, na cidade do Porto, para daí se promover levantamentos militares nacionais que conduzissem à proclamação da República em Portugal.

As representações mentais sobre Portugal e os portugueses, elaboradas pelos progressistas, não se afastaram da caracterização formulada na carta de Guerra Junqueiro, que estava em trânsito do Partido Regenerador para a o Partido Republicano Português. Num semanário progressista de Arcos de Valdevez, afirmava-se: "[...] a Pátria chora também uma *Paixão* dolorosa de orgulho nacional, porque adormecera na inacção e acordou estremunhada e anémica ao estalido de uma bofetada [...]. A desafronta nacional precisa de um caminho por onde se precipite como uma torrente"[12]. Após o entusiasmo delirante de Janeiro e Fevereiro, durante a segunda quinzena de Março já se assistiu a uma desaceleração do protesto público, deste modo analisado pelo bissemanário progressista de Elvas: "Portugal hoje assiste, numa atonia criminosa, numa inacção que é uma vergonha, ao esfacelamento das suas possessões de além-mar, sem que os seus filhos se levantem e exijam uma desafronta e uma vingança [...]"[13]; em Maio, no mesmo jornal, perguntava-se muito cepticamente se não seria possível levantar as "energias abatidas" e retemperar os "ânimos tão desfalecidos"[14].

"O historiador da cultura António José Saraiva deixou-nos uma reflexão crítica pertinente sobre a hiperbolização da identidade nacional e do protesto antibritânico: "O 'mapa cor de rosa' é a continuação imaginária, no século XIX, do ouro dos 'quintos' do império brasileiro. O ultimatum de 1890 foi a pancada que nos chamou à realidade da nossa insignificância como potência europeia"

A posição do Partido Legitimista esteve sintonizada com a argumentação geral contra o "acto de usurpação" cometido pela Grã-Bretanha mas a culpabilização essencial recaiu sobre a falta de realização heróica da monarquia liberal portuguesa, em contraste com a propagandeada memória mítica do reinado e governo tradicionalista contra-revolucionário de D. Miguel (1828-1834). Um jornal legitimista de Braga expôs com clareza a perspectiva crítica antiliberal: "A culpa não se pode atribuir ao governo actual. Já vem de longe o abandono das nossas colónias. Já há muito que os bons portugueses lamentavam a incúria com que os governos têm tratado as questões africanas [...]. A resistência é impossível, porque não temos marinha de guerra nem dinheiro. Estamos hipotecados aos nossos *fiéis* aliados! A tal ponto nos aviltaram os governos liberais! [...]. Nada somos, nada valemos!"[15].

A análise da fraqueza nacional não se traduzia neste discurso político monárquico tradicionalista contra-revolucionário numa resignação. Além do envolvimento na agitação nacional existem até apelos à subversão, como num texto de F. Maia, publicado nesse jornal, com o título de "Às armas!"[16]. Aproveitando esta ocasião para exprimirem o julgamento político do trono liberal (a considerada "dinastia coburgo-brasileira"), os mentores do Partido Legitimista apresentavam algumas urgências: crítica radical às doutrinas liberais, restabelecimento da liberdade de associação católica, valorização do papel das missões religiosas na colonização africana, encerramento das escolas protestantes, incremento da produção nacional.

Dentro da área católica eclesiástica e laical, a crise político-diplomática entre Portugal e a Grã-Bretanha configurou um momento-chave para a criação de uma atmosfera favorável à renovação dos seus processos de intervenção, quer na sociedade civil, quer na sociedade política, em particular depois de 1894[17]. Na

10 *Jornal de Viana*, Viana do Castelo, ano IV, n.º 341, 13-02-1890, pp. 1-2.

11 *O Século*, Lisboa, décimo ano, n.º 2852, 17-01-1890, p. 1.

12 *O Arcoense*, Arcos de Valdevez, ano IV, n.º 206, 9-03-1890, p. 1.

13 *Correio Elvense*, Elvas, ano I, n.º 48, 23-03-1890, p. 1.

14 *Correio Elvense*, Elvas, ano I, n.º 61, 8-05-1890, p. 1.

15 *Comércio do Minho*, Braga, 18.º ano, n.º 2510, 14-01-1890, p. 1.

16 *Comércio do Minho*, Braga, 18.º ano, n.º 2523, 13-02-1890, p. 1. Para a atitude legitimista, cf. José Brissos, "O tradicionalismo miguelista perante o *Ultimatum* inglês de 1890", *CLIO*, nova série, vol. 2, Lisboa, Edições Colibri/Centro de História da Universidade de Lisboa, 1997, pp. 109-128.

17 Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980, pp. 107-237; Manuel Clemente, "Católicos, Estado e Sociedade no Portugal oitocentista: congressos católicos de 1891 e 1895", *Communio*, ano I, n.º 3, Lisboa, 1984, pp. 245-255; Idem, "A sociedade portuguesa à data da publicação da *Rerum Novarum:* o sentimento católico", *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo VI, Lisboa, 1994, pp. 47-60; Ernesto Castro Leal, "Quirino Avelino de Je-

conjuntura de 1890, bispos e sacerdotes, várias associações, jornais ou personalidades, insistiram no reforço das ordens religiosas e nas missões católicas em África (elemento considerado essencial para a coesão nacional), visto que a posição britânica para essa área geográfica também passava pelo alargamento da audiência do protestantismo, e promoveram um comportamento público que acompanhou a vaga nacional de protesto[18].

Progressistas, republicanos, legitimistas e alguns regeneradores animaram a Grande Comissão de Subscrição Nacional, criada no dia 23 de Janeiro de 1890 e instalada no Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa. Presidida pelo marquês de Pomares, progressista, nela sobressaíam António Enes, progressista, Teófilo Braga, Sebastião de Magalhães Lima e José Maria Latino Coelho, republicanos, e Fernando Pedroso, legitimista. Tinha como objectivo a compra de material de guerra, em particular um couraçado para a "defesa da Pátria ameaçada", circunstância algo paradoxal. A ideia foi, no entanto, um instrumento simbólico-patriótico, a começar pelo nome atribuído ao futuro navio de guerra: os aspirantes de marinha da Escola Naval tinham sugerido o nome de Viriato[19], colocado no lugar de um dos mitos fundadores da nação, acabando por se denominar de Adamastor, figura mítica grega de gigante a quem fora atribuída a missão de comandar uma armada para conquistar os mares.

Através de meios de propaganda – imprensa, folheto, caricatura, cortejo cívico ou comício –, amplamente conhecidos[20], onde se deve destacar o papel desempenhado pelo diário republicano *O Século*, o Partido Republicano Português foi, de facto, o maior agitador dos meios urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra, com alguma expressão autónoma na dinâmica de outras vilas e cidades, como, por exemplo, Barcelos (acção do Clube Democrático Barcelense), Aveiro (acção do Centro Republicano de Aveiro, sob a influência de Francisco Manuel Homem Cristo e do seu jornal *O Povo de Aveiro*), Grândola (Clube Republicano de Grândola, sob a influência de José Jacinto Nunes) ou Setúbal (sem estrutura partidária, salientando-se a Associação Liberal de Setúbal e o jornal *A Opinião*, onde se afirmava Francisco Paulino de Oliveira, casado com Ana de Castro Osório).

Na caracterização do português comum destacou-se, no campo republicano, Basílio Teles. Elogiou inicialmente o método insurreccional do "povo em armas" (revolução francesa de 1789 ou revoluções europeias de 1848)[21] mas acabou em 1895 na defesa do método do golpe de Estado como o mais adaptável a Portugal[22]. Nesse ano, já não confiava nos instintos revolucionários do povo, depois da ilusão do ano de 1890: "Acreditei outrora neles, e, embora me tivesse, e ainda tenho, pelo melhor talvez dos conhecedores do temperamento nacional, tive a mágoa de ver cruelmente desmentidas pelos factos certas previsões minhas demasiado optimistas [...]"[23]. Reconheceu que um "povo ignorante e passivo como o nosso"[24] seria impotente para desencadear a revolução e esperava que a "iniciativa ousada" fosse dos soldados, a partir das unidades militares e militarizadas da cidade do Porto, já que Lisboa faria certamente oposição à República, como na época fazia à Monarquia[25]. Em 1905, repetirá a mesma ideia de Portugal possuir um "povo paciente, humilde, inofensivo"[26], um "povo inerte"[27], uma nação na "modorna invencível do costume"[28], e, em 1907, ainda insistia na mesma análise: "Sim, meus amigos, este povo é ignorante e é indolente, avesso a pensar e a proceder. [...] acredita na Providência e nos milagres [...]"[29].

Francisco Paulino de Oliveira exprimiu em Julho de 1890, encerrado que estava desde Março anterior o tempo forte da contestação, uma reflexão pessimista que se generalizava numa área do seu campo político republicano, com destaque como se viu para Basílio Teles: "Não chegou a levantar-se o afrontado, de prostrado e sonolento que estava [...]. Assim, de punhos cerrados, e sacudido, espreguiçou-se... e voltou para o outro lado. E ele aí continua a dormir, roncando num ressono largo e farto, como quem se acostumou à infelicidade, como quem se deita sem ralações nem cuidados..."[30]. Este era o "Zé Povinho" do republicano Rafael Bordalo Pinheiro, que oscilará entre a galvanização voluntariosa imediata e a subsequente descrença nas suas capacidades realizadoras[31].

O historiador da cultura António José Saraiva deixou-nos uma reflexão crítica pertinente sobre a hiperbolização da identidade nacional e do protesto antibritânico: "O 'mapa cor de rosa' é a continuação imaginária, no século XIX, do ouro dos 'quintos' do império brasileiro. O *ultimatum* de 1890 foi a pancada que nos chamou à realidade da nossa insignificância como potência europeia"[32].

3. A Liga Patriótica do Norte e o patriotismo cívico

A tentativa de uma orientação racional face à circunstância "traumática" do memorando

sus, um católico 'pragmático': notas para o estudo crítico da relação existente entre publicismo e política (1894-1926)", *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo VI, Lisboa, 1994 , pp. 355-389.

18 António Matos Ferreira, "Repercussões do *Ultimatum* no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico", *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo VI, Lisboa, 1994, pp. 31-45.

19 Cf. Documento n.º 12, enviado da Escola Naval com data de 15-01-1890, in *O Ultimatum Britânico: correspondência* [...], p. 25.

20 Nuno Severiano Teixeira, *O Ultimatum Inglês: política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 105-153; Amadeu Carvalho Homem, "O *Ultimatum* Inglês de 1890 e a opinião pública", *Revista de História das Ideias*, vol. 14, Coimbra, 1992, pp. 281-296; Ernesto Castro Leal, "Opinião Pública na Província em 1890: elementos de agitação e antropologia do português durante a crise do *´Ultimatum'* inglês", *CLIO*, nova série, vol. 3, Lisboa, Edições Colibri/Centro de História da Universidade de Lisboa, 1998, pp. 39-57.

21 Basílio Teles, "Revoluções políticas", *Anathema*, n.º único, Maio, Coimbra, Imprensa Independência, 1890, p. 29.

22 Basílio Teles, *Memórias Políticas*. Fixação do texto, prefácio e índices por Augusto da Costa Dias, Lisboa, Portugália Editora, 1969. Esta edição teve por base um manuscrito inédito datado de 1895.

23 Basílio Teles, *Memórias Políticas*, p. 4.

24 Basílio Teles, *Memórias Políticas*, p. 104.

25 Basílio Teles, *Memórias Políticas*, pp. 4-8.

26 Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro: esboço de história política*, Porto, Edição do Autor, 1905, p. 2.

27 Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, p. 142.

28 Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, p. 200.

29 Basílio Teles, *I. As Ditaduras / II. Regime Revolucionário*, Famalicão, Tipografia Minerva-Editora, 1911, p. 33 (artigo de 27 de Julho de 1907, publicado no jornal *A Voz Pública*, do Porto, e inserto no opúsculo *As Ditaduras*); esses opúsculos foram republicados modernamente com um prefácio de Vital Moreira e um estudo introdutório de Fernando Catroga (Coimbra, Textos *Vértice*-Política, Atlântida Editora, 1975).

30 *A Opinião*, Setúbal, ano I, n.º 56, 27-07-1890, p. 1.

31 João Medina, "O Zé Povinho, estereótipo nacional: a autocaricatura do «homo lusitanus»", *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias* (direcção de João Medina), vol. XV, Alfragide, Ediclube, s.d. [1993], pp. 49-182.

32 António José Saraiva, *A Tertúlia Ocidental: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, Lisboa, Gradiva, 1990, p. 139.

britânico, construída no interior de um patriotismo cívico e exterior a delírios anglófobos, vai ser corporizada pela Liga Patriótica do Norte, na cidade do Porto, durante três meses (26-01-1890/26-04-1890). Ao longo do artigo "Expiação", publicado no jornal *A Província* (26-01-1890), do Porto, Antero de Quental, que será eleito presidente da Liga Patriótica do Norte, mostrou lucidez analítica. Reconhecia estar-se a viver um "momento de humilhação e de ansiedade" e face ao "insulto imprevisto, esta nação parece agora acordar", mas recordava que, em "paz profunda", se tinha assistido a "40 anos de egoísmo, de imprevidência e de relaxamento dos costumes políticos" em vez de "os aproveitarmos no trabalho, na reforma das instituições e no progresso das ideias".

Para Antero de Quental, nesse texto, o que se exigia era "trabalho e pensamento" como bases da vida nacional, pois "declamar contra a Inglaterra é fácil", concluindo: "O nosso maior inimigo não é o inglês, somos nós mesmos. Só um falso patriotismo, falso e criminosamente vaidoso, pode afirmar o contrário […]. Portugal ou se reformará política, intelectual e moralmente, ou deixará de existir. Mas a reforma, para ser efectiva e fecunda, deve partir de dentro e do mais fundo do nosso ser colectivo: deve ser, antes de tudo, uma reforma dos sentimentos e dos costumes […]. Não é com canhões que havemos de afirmar a nossa vitalidade nacional, mas com perseverantes esforços da inteligência e da vontade, com trabalho, estudo e rectidão" [33].

Numa carta dirigida a Oliveira Martins (28-01-1890), enviada de Paris, onde era cônsul de Portugal, Eça de Queiroz seguiu a visão crítica de Antero de Quental, como se pode ler: "O Carlos Valbom, que me escreveu há dias, afirma que isso aí está *medonho* e *perigoso*. A mim, não sei por quê, afigura-se-me que, além disso, deve estar cómico. Esse inteligente patriotismo que leva os jornais a não quererem receber mais *periódicos ingleses* (!!), os professores a não quererem ensinar mais o inglês, os empresários a não quererem que nos seus teatros entrem ingleses, os proprietários dos Hotéis a não quererem que nos seus quartos se alojem ingleses – parece-me uma invenção do inglês Dickens. É de um cómico frio e fúnebre. Por outro lado, há coisas sinceras e tocantes… *Je m'y perd*. O que se me afigura mais natural – é que o País foi atravessado por um sentimento vivo e forte, e que, como o País está numa perfeita anarquia de ideias, esse sentimento tomou em geral uma expressão desproporcionada" [34].

O processo de criação da Liga Patriótica do Norte aprofundou-se no final do comício público (26-01-1890), organizado em protesto contra o *memorandum* britânico (11-01-1890) e realizado com casa cheia no Teatro do Príncipe Real (Porto), que seria renomeado Teatro de Sá da Bandeira após a revolução republicana de 5 de Outubro de 1910. Um conjunto de individualidades portuenses decidiu convocar no final do comício uma reunião alargada (1-02-1890) para o salão nobre da Câmara Municipal do Porto, onde se elegeu a comissão organizadora e instaladora[35] e foi feita a aclamação unânime do presidente da Liga Patriótica do Norte, Antero de Quental, tendo-se definido a prioridade da elaboração do projecto de Estatuto. No dia desta reunião, Antero escreveu uma carta a José da Cunha Sampaio, irmão de Alberto Sampaio, dando conta: "[…] me espantou e muito o movimento patriótico, que não cuido ser fogo de palha; mas onde ele levará é que ninguém pode prever. […] dever de cidadão e de homem moral o não ficar espectador egoísta […], e por isso aceitei o fazer parte da Liga Patriótica do Norte […]"; observava de seguida o "muito terreno ganho pelo republicanismo", a impossibilidade de um novo partido monárquico "porque a instituição perdeu todo o prestígio" e, de forma radical, escreveu que "uma república em Portugal: será a catástrofe final, a liquidação terrível do passado, nada mais" [36].

A ideia de juntar personalidades de várias áreas políticas estava patente na composição da comissão organizadora e instaladora: Antero de Quental, socialista independente; José Pereira Sampaio (Bruno), Basílio Teles ou Rodrigues de Freitas, republicanos; Oliveira Monteiro (presidente da Câmara Municipal do Porto), progressista; Luís de Magalhães, Manuel de Resende (Conde de Resende, cunhado de Eça de Queiroz) ou Malheiro Dias (director da Alfândega do Porto), regeneradores; Manuel Duarte Guimarães Pestana da Silva (legitimista/miguelista); Joaquim de Vasconcelos e Bento Carqueja independentes; abade de S. Nicolau, entre outros. Antero de Quental pretendeu envolver activamente na estrutura da Liga Patriótica do Norte o monárquico católico independente Jaime de Magalhães Lima, a viver em Aveiro, seu grande amigo desde a juventude universitária em Coimbra, mas não obteve sucesso. Em carta que lhe dirigiu (9-02-1890), enviada de Vila do Conde, afirmava: "Preciso *absolutamente* de si no Porto durante 6 meses. A Liga vai naufragar por falta dum homem – o secretário-geral, tão único como o presidente, senão mais. O Porto não o tem! […]. O Jaime é o *homem*; é o único. Há-de vir […]. Faça cada um o seu sacrifício no altar da Pátria […]" [37].

Em reunião seguinte (6-02-1890) da comissão organizadora e instaladora, que teve lugar agora no salão nobre da Associação Comercial do Porto, onde Sampaio (Bruno) apresentou um anteprojecto de Estatuto, foi decidido delegar poderes numa subcomissão do Estatuto: Antero de Quental, presidente; Sampaio (Bruno) e Basílio Teles, relatores; Francisco Reis Santos e João de Oliveira Ramos, secretários. As reuniões continuaram a realizar-se

33 Antero de Quental, *Prosas Sócio-Políticas*. Publicadas e apresentadas por Joel Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, pp. 447-448.

34 Eça de Queirós, *Correspondência*. Leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho, 2.º vol., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 35.

35 Antero de Quental, Francisco de Paula Reis Santos, João Crisóstomo de Oliveira Ramos, José Joaquim Rodrigues de Freitas, António Manuel Lopes Vieira de Castro, Augusto Malheiro Dias Guimarães, Manuel Duarte Guimarães Pestana da Silva, Bento de Sousa Carqueja, José de Oliveira Serrão de Azevedo, José Pereira de Sampaio, Cipriano Lopes de Andrade, José Nicolau Raposo Botelho, Basílio Teles, Luís de Magalhães, António Rodrigues Padim, António de Oliveira Monteiro, Ricardo de Almeida Jorge, Conde de Resende (Manuel Benedito de Castro Pamplona), António Nicolau de Almeida, João Pais Pinto (Abade de S. Nicolau), Ezequiel Augusto Ribeiro Vieira de Castro, Maximiano Lemos, Eduardo de Carvalho e Cunha, Joaquim de Vasconcelos – foi esta a ordenação dos nomes da comissão organizadora e instaladora que subscreveu a Representação enviada ao presidente do conselho de ministros, António de Serpa Pimentel. Um mês depois, a 1-03-1890, verificou-se alguma mudança nos membros dessa comissão: não aparece José Nicolau Raposo Botelho e surgem António de Mesquita, 1.º Barão de Paçô Vieira (José Joaquim de Sousa Barreiros Coelho Vieira) e José Dias Alves Pimenta.

36 *Obras Completas de Antero de Quental. Cartas II (1881-1891)*. Organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins, Lisboa, Editorial Comunicação, 1989, p. 978.

37 *Obras Completas de Antero de Quental. Cartas II (1881-1891)*, p. 980.

nesse local e a redacção do Estatuto passou pela colaboração entre Sampaio (Bruno) e Basílio Teles, por três reuniões da comissão organizadora e instaladora (10-02-1890, 22-02-1890 e 26-02-1890) e pela assembleia geral (7-03-1890), onde se fez a aprovação final do Estatuto (datado de 1-03-1890). Para ter uma instalação própria, a Liga estabeleceu-se na sede da Sociedade de Instrução do Porto (30-03-1890), da qual Joaquim de Vasconcelos era secretário-geral.

Ocorreram duas situações que criaram uma tensão na comissão organizadora e instaladora da Liga entre alguns elementos conservadores monárquicos e progressistas republicanos, tendo estes últimos o apoio de Antero de Quental, socialista independente, ou do Conde de Resende, regenerador e amigo de António de Serpa Pimentel, presidente do conselho de ministros. A primeira situação esteve relacionada com o conflito entre a comissão executiva da Academia do Porto e o cônsul britânico Oswald Crawford a propósito de alegados insultos feitos por estudantes do ensino superior a membros da comunidade britânica, em particular a senhoras (nunca provados), o que originou um longo *Folheto* (5-02-1890), subscrito por vinte e oito estudantes dessa comissão executiva e onde se exigia ao governo a retirada de confiança diplomática ao cônsul. Entre os estudantes subscritores estavam três membros da comissão organizadora e instalada da Liga: Francisco de Paula Reis Santos, João Crisóstomo de Oliveira Ramos e José de Oliveira Serrão de Azevedo. A Liga Patriótica do Norte solidarizou-se com a comissão executiva da Academia do Porto e enviou uma *Representação* (10-02-1890) ao presidente do conselho de ministros, António de Serpa Pimentel, obtendo deste a resposta de reservas do governo sobre o pedido de retirada de confiança diplomática ao cônsul. Em votação indicativa, a maioria dos monárquicos da comissão organizadora e instaladora da Liga votou as reservas do governo.

A segunda situação decorreu da recusa do presidente da Câmara Municipal do Porto, António de Oliveira Monteiro, líder do Partido Progressista no Porto e membro da comissão organizadora e instaladora da Liga em aceitar presidir à comissão de subscrição nacional, uma das sete comissões de serviço da Liga, interligada na rede da Grande Comissão de Subscrição Nacional, presidida pelo progressista marquês de Pomares, provavelmente devido a intrigas de monárquicos progressistas e regeneradores. Isto gerou um impasse durante um mês e, em carta não datada (13 ou 20-04-1890), Antero de Quental dirigiu-se a Luís de Magalhães, dando notícia que a comissão de subscrição nacional entendeu só dar início às actividades após publicar primeiro um Manifesto, tendo a comissão executiva da Liga decidido encarregá-lo da redacção: "Eu estimei esta resolução dos da dita Comissão, pois sempre entendi que V. era o indicado para redigir o Manifesto. Molhe pois a pena na sua tinta patriótica, que o mundo tem os olhos em nós, mas não seja entretanto extenso em demasia […]. A Liga vai *protestar*. Boa ocasião de morrer sem vergonhas. Creio que será ainda esta semana. Oxalá V. possa vir. Eu por mim estou farto disto e ansioso de um bom acabamento, que nos salve do fiasco. Mas dissolver-nos-ão? Há quem diga que não. Deus os alumie!"[38].

O ambiente de disputa partidária, tendo em vista as eleições legislativas (30-03-1890), e a política repressiva do governo regenerador de António de Serpa Pimentel, iniciada com a dissolução da Câmara Municipal de Lisboa (11-03-1890) e continuada com as leis da segunda quinzena desse mês de restrição à liberdade de expressão e à liberdade de reunião e manifestação sem autorização prévia, foram factores importantes que agravaram a crise interna e a lenta dissolução da Liga Patriótica do Norte, ao que se juntava a constante intriga desenvolvida por membros do Partido Regenerador e do Partido Progressista e o lento afastamento de membros do Partido Republicano Português. A Liga era vista por elementos da elite regeneradora e da elite progressista do Porto como uma ameaça à influência e distribuição de poder das suas redes de clientelas políticas.

Entre finais de Março e de Abril de 1890, Eça de Queiroz esteve no Porto devido ao falecimento da sua sogra, a Condessa de Resende (e representar os interesses de sua esposa nas partilhas), casada com Manuel de Resende (Conde de Resende), acompanhando, discretamente, a fase final da Liga Patriótica do Norte. Em várias cartas dirigidas à esposa (22-03-1890, 26-03-1890 ou 31-03-1890), Eça de Queiroz dava notícia do entusiasmo de Manuel Resende com a Liga Patriótica de Norte em contraste com a descrença de Antero de Quental[39], anotando na segunda carta: "Manuel excelente, desesperadamente patriota, e vivendo quase só para amar e venerar o Antero. Este santo [...]. Bom Antero! Está óptimo, de corpo, e como sempre encantador de alma! O entusiasmo quase religioso do Manuel por ele é todo um espectáculo"[40]. Já em Lisboa, Eça de Queiroz informava a esposa numa carta (29-04-1890): "A Liga patriótica dissolveu-se a si mesma. Estou esperando carta do Manuel com explicações"[41].

A independência partidária de Antero de Quental e o seu empenho humano e cívico na criação desta associação, inovadora e transversal aos campos políticos, embateu no oligarquismo dos notáveis do rotativismo partidário monárquico e no optimismo revolucionário dos republicanos portuenses que lançaram o jornal *A República* (19-04-1890), com a direcção política de Sampaio (Bruno) e a colaboração de Basílio Teles. Percebendo o impasse, Antero de Quental escreveu uma carta não datada (24-04-1890, provavelmente) a Alberto Sampaio, sugerindo um encontro no Porto: "A Liga não tem elementos de vida, e já agora apenas vegeta. Creio que dentro em breve voltarei à minha vida ordinária"[42]. Dois dias depois (26-04-1890), realizou-se a assembleia geral extraordinária da Liga no mesmo local de onde tinha saído a ideia da sua concretização – o Teatro do Príncipe Real –, com o objectivo de protesto contra as leis limitadoras da liberdade de expressão, reunião e manifestação, mas o que aconteceu foi o anúncio da extinção da Liga Patriótica do Norte proferido por Antero de Quental.

Num balanço retrospectivo sobre o tempo da Liga Patriótica do Norte, Antero de Quental, através de uma carta (22-07-1890), escrita em Vila de Conde, sem indicação de destinatário, reflectia: "Constituiu-se uma Liga Patriótica, no Porto, da qual fui eleito presidente, e nesse posto só tive sérios desgostos, adquiri ao menos experiência do estado do espírito público, que lhe posso dizer ser deplorável. A Liga morreu afinal de pura inanição porque

38 *Obras Completas de Antero de Quental. Cartas II (1881-1891)*, p. 995.

39 Eça de Queirós, *Correspondência*, 2º vol., pp. 46-47, 48-50, 53-56.

40 Eça de Queirós, *Correspondência*, 2º vol., pp. 48-49.

41 Eça de Queirós, *Correspondência*, 2º vol., p. 80.

42 *Obras Completas de Antero de Quental. Cartas II (1881-1891)*, p. 996.

ninguém, no fundo, queria saber nem de colónias, nem de desforra, nem de reformas sociais. O que passou durante este Inverno é a prova mais cabal do estado de prostração do espírito público entre nós. Berrou-se muito e, afinal, chegaram as eleições [30-03-1890], e toda a gente, movido cada qual por mesquinhos interesses, votou nos candidatos do Governo. Governo apoiado pela Inglaterra e que, nessa ocasião, estava lançando a polícia sobre os que faziam manifestações patrióticas! […]. Creio que somos entrados num período de depressão tanto política como económica, período cuja duração se não pode prever, mas com certeza será longo, visto que se não descortinam por ora elementos bastantes para uma transformação no sentido da restauração dos costumes políticos e da reforma das práticas administrativas"[43].

Estes são marcos relevantes da história curta da Liga Patriótica do Norte, que teve ressonância em Viana do Castelo, com a criação da Comissão Patriótica Vianense, e na Póvoa de Lanhoso, com a Liga Patriótica, núcleos de uma rede a desenvolver noutros concelhos do Norte de Portugal. E quanto ao ideário cívico patriótico, sem preocupações partidárias atestada pela completa independência dos partidos políticos por parte do presidente, Antero de Quental, quais foram os conteúdos essenciais presentes nos documentos oficiais da Liga Patriótica do Norte e em textos do seu grupo doutrinário principal, que configuraram elementos de uma religião cívica patriótica?

O historiador das ideias Fernando Catroga interpretou a genealogia da "pátria como mátria" de uma forma que se pode aplicar – cremos – aos discursos patrióticos e cívicos desta elite reformadora que acreditou inicialmente na viabilidade dessa associação cívica inovadora: "[…] será a partir da ideia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os filia e identifica (e os constrói), como se de famílias alargadas (e de grupos etnoculturais) se tratasse. E a sua âncora é lançada para tocar o fundo dos tempos, porque a 'pátria' é a *origem* de todas as *origens*, matriz que, se gera, também *filia* e se impõe como uma *herança* e como um dever de *transmissão*, ou melhor, como um *destino*, ou mesmo com uma *vocação*. Por sua vez, se esta narrativa lhe dá memória e a *temporaliza*, também desenha as apropriações afectivas do *espaço*, trabalho projectivo através do qual o *território* é transformado em *pai-sagem*"[44].

"A tentativa de uma orientação racional face à circunstância "traumática" do memorando britânico, construída no interior de um patriotismo cívico e exterior a delírios anglófobos, vai ser corporizada pela Liga Patriótica do Norte, na cidade do Porto, durante três meses (26-01-1890/26-04-1890)."

O grupo doutrinário principal da comissão organizadora e instaladora da Liga Patriótica do Norte – Antero de Quental, José Pereira de Sampaio (Bruno), Basílio Teles e Luís de Magalhães, com o apoio discreto de Jaime de Magalhães Lima – é muito devedor da cultura democrática filiada na tradição da cultura clássica para a definição do pensamento sobre a ideia de Pátria que percorreu os seus textos publicados neste período. Na *Representação* (10-02-1890) da Liga Patriótica do Norte, dirigida ao presidente do conselho de ministro, António de Serpa Pimentel, refere-se que se confia "no senso e patriotismo de V. ex.ª", alude-se ao "momento de perigo nacional", ao "actual momento de exaltação patriótica", à "alteza do patriotismo" e que "Inspira-nos o sentimento da pátria". Pátria e Nação hão-de surgir logo no artigo 1.º do *Projecto de Estatuto* (1-03-1890) da Liga Patriótica do Norte como elementos de identificação.

O *Projecto de Estatuto*, que tinha no seu interior um *programa* (artigos 3.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º e 14.º), definia, deste modo, a doutrina cívica comum: "Esta associação não tem carácter político partidário. Não se envolverá nas lutas irritantes dos partidos e, reunindo no seu seio homens de todas as opiniões e crenças, respeitará sempre os poderes legalmente constituídos, quaisquer que eles sejam, por isso põe os interesses da Pátria acima de todas as preocupações de interesse pessoal ou de facção, tudo em harmonia com a aprovação dada a esta doutrina em sessão de 1 de Fevereiro de 1890, na Liga Patriótica do Norte" (artigo 1.º § único)[45]. A Pátria era entendida pelo grupo doutrinário principal como uma comunidade nacional – histórica, cultural e cívica, de liberdades, de direitos e de aspirações comuns – para a execução de um "programa de reforma nacional", concedendo-se prioridade à economia, às finanças, às colónias, à defesa, ao ensino e ao "sentimento nacional".

A Liga Patriótica do Norte, sediada na cidade do Porto, definiu para desenvolver o trabalho organizativo e propagandístico a área geográfica do Norte de Portugal, englobando os distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Coimbra, Viseu e Guarda, com o objectivo de promover a defesa material, o fomento económico, a reorganização financeira e todos os progressos "que melhor garantissem no futuro a independência e prosperidade da Nação" (artigo 1.º). Em relação aos meios para realizar esses intuitos, foram apresentados os seguintes (artigo 3.º):

- Aderir ao movimento de subscrição nacional;
- Cooperar na restauração da vida económi-

43 *Obras Completas de Antero de Quental. Cartas II (1881-1891)*, pp. 1001-1002.

44 Fernando Catroga, *Ensaio Respublicano*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011, pp. 12-13.

45 Ernesto Castro Leal (coordenação, introdução e notas), *Manifestos, Estatutos e Programas Republicanos Portugueses (1873-1926): antologia crítica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014, p. 780. O *Discurso* de Antero de Quental, que foi proferido na sessão plenária de 7 de Março de 1890 da comissão organizadora e instaladora, e o *Relatório e Projecto de Estatuto da Liga Patriótica do Norte*, que foram aí aprovados, estão publicados na íntegra nesta obra (pp. 771-785).

ca com a nacionalização da indústria das construções e transportes navais, o robustecimento da agricultura e do comércio, e o progresso das indústrias;
- Estudar "o sistema mais racional de valorização dos recursos coloniais e da acção civilizadora de Portugal nas possessões ultramarinas, tendo principalmente em vista o estabelecimento, nas regiões adequadas, de centros de população portuguesa";
- Contribuir para o levantamento do nível intelectual do país, com destaque para a remodelação e difusão do ensino profissional;
- Promover conferências, reuniões populares, publicações especiais, em colaboração com instituições públicas e privadas;
- Estimular e fortalecer o sentimento nacional, pela propaganda e pela acção, para um "persistente esforço de reivindicação histórica" na "esperança de um salutar e forte renascimento" e na "emancipação da política interna e externa de Portugal de toda e qualquer influência estrangeira e muito especialmente da Inglaterra".

Quanto à direcção da Liga Patriótica do Norte, seria exercida por um presidente e um directório que elegia o vice-presidente e os secretários (têm também esses cargos na assembleia geral), composto por sete comissões de serviço: executiva, de propaganda, de fomento económico, colonial, de ensino, de subscrição nacional, e de defesa militar (artigo 5.º). A comissão colonial, que tratava de um assunto muito actual no momento, "promoverá estudos de geografia comercial, botânica e médica das possessões ultramarinas, procurará actuar sobre as correntes de emigração e empenhar-se-á pela adopção de uma proveitosa política colonial, tanto interna como externa" (artigo 11.º). O órgão máximo era a assembleia geral e o presidente da Liga seria também o presidente da comissão executiva, do directório e da assembleia geral.
O *Discurso* de Antero de Quental[46], proferido na sessão da comissão organizadora e instaladora da Liga Patriótica do Norte (07-03-1890), colocava a superioridade da moral (o "altar da Pátria") acima da política menor ("fora das competições da falsa política") como método mas não prescindia do factor político quando acompanhava o "protesto contra o insulto e a vilania da Inglaterra, e o propósito de nos libertarmos da sua aviltante dependência", recusando a acção revolucionária e o envolvimento com os partidos políticos. O "programa de reforma nacional" apresentado para a "unidade da Pátria" dirigia-se prioritariamente à "restauração das forças nacionais", à "ressurreição do brio e das forças do povo português" e à "moralização dos poderes públicos", aproveitando o momento histórico para "restabelecer a natural harmonia entre o pensamento nacional e o seu órgão, o Estado".
Em Maio de 1890, editou-se em Coimbra o número único da revista *Anathema*, com o objectivo de contribuir com o produto da venda para os objectivos da já referida Grande Comissão de Subscrição Nacional. Antero de Quental publicou aí um texto sem título (datado de Fevereiro de 1890)[47], onde expressava as ideias que vinha divulgando. Quanto ao "movimento nacional" iniciado a 11 de Janeiro de 1890, descortinava um elemento afirmativo, "que é a intensa paixão patriótica do povo português", e um elemento negativo, "o descrédito das nossas instituições políticas, das práticas de governo e dos homens governantes". Para terminar o "lamentável divórcio entre o sentimento nacional e o Estado", recusava a revolução – "Seria a maior das calamidades" – e acreditava na eficácia de "órgãos genuínos do sentimento nacional", semelhantes à Liga Patriótica do Norte, com a finalidade de impor aos governos a "pura opinião patriótica e reformadora da nação […]. *Moralizar* e *nacionalizar* o Estado".
Luís de Magalhães escreveu também nessa revista um texto sem título (datado de Fevereiro de 1890)[48], numa proximidade com as ideias de Antero de Quental. Entre as perguntas que formulou, estava esta – "Assistimos ao despertar de um sonâmbulo ou à extrema convulsão de um moribundo?" – mas não deu a resposta e compreende-se porquê visto estar decorrido apenas um mês do protesto público. Certo é que recusava a obsessão de uma "preocupação doutrinal" pois limitava "a vista ao curto horizonte de uma teoria ou de uma fórmula de escola". A opção devia ser o "grande sentimento moral do amor da pátria e, com ele, uma meia dúzia de axiomas cívicos", consensualizados, seja qual fosse a "forma política" adoptada, apresentando esta "essência ética": sentimento da pátria, elevação moral, pureza de costumes, abnegação, sacrifício, instrução e trabalho.
O texto de maior confronto político publicado nessa revista, por um dos membros do grupo doutrinário da Liga Patriótica do Norte, foi aquele que Basílio Teles escreveu sob o título "Revoluções políticas"[49], dirigido objectivamente a Oliveira Martins, que considerava ter influência negativa sobre alguns membros destacados da Liga Patriótica do Norte. Era uma longa crítica ao ideário da prioridade concedida às "revoluções económicas", então defendida por Oliveira Martins, que Basílio Teles identificava habilidosamente como "um bem conhecido trânsfuga dos partidos democráticos. No espírito primeiramente revolucionário do escritor a que nos referimos, a *liquidação da monarquia* era uma condição elementar de uma radical transformação da nossa vida nacional […]".
Criticava-o, assim como a Alexandre Herculano, pois este tinha sido percursor da opinião sobre a indiferença face a regimes políticos (monárquicos ou republicanos), seguindo Oliveira Martins o "axioma indiscutível, que é passado o tempo das revoluções políticas, e que serão possíveis de ora em diante apenas as revoluções económicas". Pelo contrário, defendia que, historicamente, as reivindicações políticas seguiram sempre de perto as reivindicações económicas, e advertiu: "[…] esse povo apático e mudo que não levantava um protesto, que não murmurava um queixume, sabe agora perfeitamente de onde lhe vem os seus males, se é que alguma vez os ignorou […]". Basílio Teles já estava com Sampaio (Bruno) e outros no jornal *A República* (n.º 1, 19-04-1890) a preparar o ambiente revolucionário no Porto que conduziu à falhada revolta militar republicana de 31 de Janeiro de 1891 para acabar com a Monarquia.
No Porto, em Fevereiro de 1890, tinha-se editado o número único da revista *Luzitania*, "jornal comemorativo da revivescência pátria", com o mesmo objectivo que teria em Maio de 1890 a revista *Anathema*, de Coimbra. Antero de Quental não publicou aqui um texto mas Sampaio (Bruno), activo membro da Liga Patriótica do Norte, e Jaime de Ma-

46 Cf. *Discurso* de Antero de Quental, in Ernesto Castro Leal (coordenação, introdução e notas), *Manifestos, Estatutos e Programas Republicanos Portugueses (1873-1926): antologia crítica*, pp. 771-776.

47 *Anathema*, n.º único, Maio, Coimbra, Imprensa Independência, 1890, p. 9.

48 *Anathema*, 1890, pp. 14-15.

49 *Anathema*, 1890, pp. 28-29.

galhães Lima, apoiante discreto, publicaram aí textos. Sampaio (Bruno) escreveu sobre "Patriotismo e Cosmopolitismo"[50] e, devedor do ambiente público de contestação ao memorando britânico, assinalou a "fúria sacratíssima por uma pátria, menoscabada no interior e, consequentemente, humilhada no exterior", só admitindo a integração nacional ("ideia particularista da nacionalidade") na acção colectiva da humanidade ("federação espiritual sonhada") quando existisse uma "consciência moral" cosmopolita respeitadora dos patriotismos nacionais: "[…] hoje para Portugal reivindicarmo-nos da pátria testemunha que seremos capazes um dia de reclamar posição na anfictionia europeia". No artigo "Pátria!"[51], publicado no jornal *A República* (12-05-1890), precisou a sua concepção de que a "Pátria é um princípio de solidariedade colectiva. A Pátria é uma religião", vivida em liberdade, e não apenas um território acidental de nascimento onde não se tenha estabelecido uma relação com a gente que aí vive, participando colectivamente de ideias e de sentimentos, inscrevendo a sua frase paradigmática: "*Ubi libertas ibi patria*; onde a liberdade, aí a pátria".

Jaime de Magalhães Lima, através de um pequeno texto sem título[52], considerou ser o momento oportuno para discutir o governo democrático, visto que os governos representativos apresentavam "tal desordem e corrupção" que era urgente sair desse estado "manifestamente perigoso" para a vida nacional. Publicaria também o texto "A desforra"[53] na revista *Anathema*, onde apresentou a urgente "regeneração da sociedade portuguesa", que tinha passado por quarenta anos de "política insensata e desvairada", conduzindo à "dissipação económica, "à "sordidez moral", ao "corpo social tão enfermo", concluindo com um apelo sintomático envolvido nas ideias cívicas da Liga Patriótica do Norte: "Couraçados, armas, riquezas, tudo são fumos que o vento da insânia pode perder nos ares! Mas que o povo português se inspire na abnegação e no trabalho fecundo pela inteligência, que a sua alma se mantenha nas regiões supremas da dignidade humana, e não haverá canhões que prevaleçam contra a sua grandeza".

50 *Luzitania*, n.º único, Fevereiro, Porto, 1890, p. 3.
51 *A República*, Porto, I ano, n.º 24, 12-05-1890, p. 1.
52 *Luzitania*, n.º único, Fevereiro, Porto, 1890, p. 6.
53 *Anathema*, 1890, pp. 15-16.

4. Consideração final

Antero de Quental, a referência ética, cívica e intelectual da Liga Patriótica do Norte, num balanço breve dos três meses de existência dessa associação, em carta (21-08-1890), escrita de Vila de Conde, dirigida a Oliveira Martins, que nunca se tinha comprometido com a Liga, concluía: "Das coisas deste inverno, ficou-me um certo fermento de irritação e quase de cólera, que ainda me não passou de todo. Mas estou longe do estado de desolação em que me supõe, talvez por informações de quem me não conhece bem. Sou muito filósofo para me afligir com qualquer coisa, desde que a compreendo e reconheço necessária […]"[54].

O debate sugestionado pelo *memorandum* britânico no ano de 1890 teve palco principal em Lisboa, Porto e Coimbra e polarizou-se entre regeneradores (no poder), progressistas e republicanos (na oposição), com alguma participação de legitimistas e de católicos. Um ponto de convergência entre sectores progressistas, republicanos e legitimistas foi a participação em comissões promotoras de comícios e de cortejos cívicos, exprimindo os manifestos apelativos à acção um diagnóstico de longa "decadência nacional", agravada pela ideia de Portugal estar então preso nas "garras do leopardo britânico".

Mas será que o processo de agitação pública desenvolvido permitiu revelar uma capacidade de mobilização multitudinária suficiente para impor uma nova situação política, como acreditaram os republicanos do Porto? Não parece, pelo exposto, que tal se tenha manifestado, apesar da ilusão revolucionária que se traduziria na revolta republicana portuense falhada no dia 31 de Janeiro de 1891.

Não obstante a importância de toda a movimentação (popular, dos corpos intermédios, das elites), a propagandeada "Pátria em perigo!" não se afigurou polarizadora de uma hipotética viragem ou transformação política: aliás, para que tal acontecesse era preciso uma conjunção de decisões prévias e o reconhecimento de uma chefia personalizada. Se noutras ocasiões esse lema obteve um apreciável sentido de eficácia (por exemplo, nas resistências nacionais às dominações castelhana e napoleónica), em 1890, o peso da "espada" inglesa sobre o "território" português teve um ténue impacto.

Os complexos jogos geopolíticos e geoestratégicos de poder em África dificilmente eram perceptíveis nas opiniões públicas e, por conseguinte, tornava-se difícil alimentar por muito tempo uma agitação continuada. Porém, a articulação dinâmica de um facto de política externa com o seu aproveitamento na política interna não deixou de ser uma realidade verificada, permitindo a idealização do imaginário nacionalista e colonial em torno de um hipotético "terceiro império português", com centralidade em Angola ("um novo Brasil em África").

54 *Obras Completas de Antero de Quental. Cartas II (1881-1891)*, pp. 1007.